

1

2

3

4

5

6 7

8

9

10 11

12

13

14

15 16

17

18 19

20

21

22

23

24

25

26 27

28

29

30

31 32

33

34

35 36

37

38

39

40

41

42 43

44

45

46

47

ATA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL EM 10/08/22

As 9.30hs do dia 10/08/2022 reuniram-se os membros do Conselho Fiscal e Secretarias do Meio Ambiente para apreciação da proposta de orçamento para o ano de 2023 bem como logotipo e lixeiras. Estiveram presentes os seguintes membros do Conselho Fiscal, Presidente Kellen Maria Sartori de Monte Alegre do Sul, Mauricio Peternella Camacho de Águas de Lindoia, Vinicius Pagani de Melo de Amparo, Marco António da Silva de Lindóia, pp Clara Geromel de Morungaba, representada por Luiza Cllindri, Angelita Alves de Oliveira de Pinhalzinho, Marcelo Estevam Albertini de Serra Negra, Acacio Jose Zavanella de Socorro, Roberto Rivelino de Camargo, de Tuiuti. Estiveram presentes Secretários. Diretores e representantes, José Mauro Alvarenga, de Águas de Lindoia, Gilberto Piassa Filho de Amparo, Murilo Rafael Pinto, de Pinhalzinho, Jose Osmar Stacheti de Serra Negra, Tiago Sartori de Socorro, Rafael Tanganelli Pallamin de Tuiuti. Pelo Cisbra estiveram presentes Sandra Cristina Dimis Santos, Superintendente, Marilia Tedeschi Schiavolim, Analista Administrativo, André Alessandro dos Santos, contador e Marcio da Conceição Passos, Assistente Administrativo. Sandra inicia a reunião apresentando o novo logo aprovado do Cisbra o qual foi mostrado para apreciação dos presentes. Em seguida apresentou as lixeiras que o Cisbra está fazendo processo de registro de preço e pediu manifestação de interesse pelos municípios, ressaltando não implicar isso em obrigação de compra e que o preco estará entre 850,00 e 900,00 reais o par e, também, em valor proporcional unitariamente. A seguir a reunião entrou na parte orçamentária com Sandra discorrendo sobre a tarifa de 10% criada sobre os serviços prestados e como, no passado, isso evitou problemas para o funcionamento do consórcio, tarifa esta rebaixada recentemente para 5% sobre os serviços, visando investimentos, mas que está sendo usada para uma série outra de despesas não previstas no orçamento. Sandra sugeriu a divisão em 3% para despesas não previstas e 2% para investimentos. Foi perguntado por Kellen quais eram essas despesas ocorridas sem previsão. Sandra citou como exemplo a contratação de uma empresa para operação da pesagem na estação de transbordo como não prevista no rateio e outras possibilidades de despesas ainda em juízo, como exemplo a ação movida pela Ártico contra o Cisbra no valor de 400 mil reais e que pode gerar uma despesa não prevista no orçamento e rateio, por isso a necessidade de haver uma reserva proveniente das taxas pois uma vez proferida a sentença é exíguo o prazo para pagamento o que é incompatível com os trâmites necessários na esfera pública junto aos municípios. Kellen sugeriu uma divisão de taxas em 2% para investimento, 2% para despesas operacionais não previstas e 1% para as matérias em juízo. Na sequência Sandra apresentou uma resenha da planilha de despesas onde se prevê as novas contratações aprovadas em assembléia, as despesas com aluguel, energia e água que não existiam antes quando o Cisbra funcionava em próprios das Prefeituras. Citou também o acréscimo relativo à compra do veículo Strada, utilitário necessário ao Cisbra. Sandra citou também como exemplo de despesas futuras não quantificáveis ainda as advindas da operação do equipamento de britagem de RCC, tais como seguro, operadores, motorista, deslocamento, instalação. combustíveis, manutenção etc. Embora ainda não definidas deve-se prever a necessidade de uma reserva para fazer frente a elas, o que virá das taxas ora discutidas. Kellen perguntou se há uma previsão do custo dos investimentos. Sandra exemplificou com a reformulação do Plano de Resíduos Sólidos do Consórcio em uma parte de 70% já feito em doação pelo SEBRAE mas que a sua complementação exigirá serviços práticos junto aos municípios o que implicará em recursos monetários da ordem de 200 a 300 mil reais, verba esta que deverá sair da taxa. Essa parte do Plano estudará os grandes geradores de resíduos, sejam públicos ou privados, inclusive agro silvo pastoris. Sandra comunicou o trânsito em julgado da situação de Itapira, definitivamente fora do rateio do Cisbra, cuja cota deverá ser rateada entre os demais.



48 49

50 51

52

53

54

55

56

57 58

59

60

61 62

63 64

65

66

67 68

69

70

71

72 73

74

75

Kellen pergunta sobre a previsão da compra de um terreno para a estação de transbordo. Sandra explicou haver o objetivo do Cisbra ter a própria estação de transbordo, junto a outras medidas propostas pelo novo Plano de Resíduos para o máximo aproveitamento dos Resíduos Sólidos em reciclagem e compostagem antes de remeter os rejeitos ao aterro. Houve um questionamento pelo Conselheiro Acácio, de Socorro, pelos investimentos e despesas por parte do seu município na estação de transbordo, incluindo a taxa de uso proposta pelo município de Amparo, ao que Sandra respondeu que, como consta na planilha, Socorro e Pedra Bela, que não levam RSD ao transbordo ficam fora do rateio das despesas relativas à pesagem e monitoramento dos resíduos. Sandra disse também que em relação ao proposto por Amparo como taxa de uso da estação o Cisbra gesta junto ao mesmo para uma discussão aberta sobre isso, o que ainda não se realizou. Necessário saber quais os elementos compositores do custo proposto e qual o cronograma dos investimentos em melhorias. Vinicius afirmou haver um decreto sobre isso e que a tarifa já está vigente ao que foi objetado por outros conselheiros ser necessário haver transparência na composição da mesma. Sandra reafirmou essa necessidade e também um cronograma dos investimentos. lembrando estar sendo custeada pelo Cisbra a operação da estação, como, manutenção e licenças da balança, reforma das canaletas de concreto no pátio, limpeza, manutenção em geral, instalação de banheiro feminino e que a estação está sendo cercada agora com tela sombrite para evitar a evasão de plásticos às cercanias. A presidente do Conselho solicitou aos membros que passassem à sala de reuniões para discussão e análise das duas planilhas e depois voltarem à reunião. Com a volta da reunião decidiu-se dividir a tarifa administrativa de 5% em 3% para investimento e 2% para despesas não previstas. Houve concordância na necessidade de se apresentar informações adicionais aos conselheiros sobre alguns itens das planilhas. Da reunião também se decidiu por uma das duas opções de planilha de rateio apresentadas. Foi explicado pelo contador André que a questão do déficit orçamentário e financeiro é atribuído à falta de planejamento de Amparo e não à falta de planejamento do corpo técnico do Cisbra. Nova reunião do Conselho Fiscal foi marcada para 17/08/2022 às 9.30 hs. na sede do Cisbra.

Márcio da Conceição Passos

Assistente Administrativo

Sandra Cristina Dimis Santos

Analista Ambiental